



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Suprima-se o art. 71 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para suprimir o artigo 71 da Medida Provisória nº 1.303/2025 fundamenta-se no prejuízo significativo que essa norma impõe aos pescadores artesanais, especialmente no que tange ao acesso ao seguro-defeso, benefício essencial para a subsistência desses trabalhadores durante o período em que a pesca é proibida para preservação ambiental (defeso). O artigo 71 condiciona a concessão do seguro-defeso à homologação do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) pelo governo municipal ou distrital, o que cria uma barreira burocrática e limita o acesso ao benefício, além de restringir o seguro-defeso à disponibilidade orçamentária, o que pode resultar em exclusão de muitos pescadores que dependem desse apoio para garantir sua renda no período de defeso.

Essa restrição é grave porque a pesca artesanal é a principal fonte de sustento para milhares de famílias, e o seguro-defeso é um direito garantido para que esses trabalhadores possam respeitar o período de defeso sem perder sua renda. A limitação imposta pela MPV pode levar à exclusão de pescadores do benefício, comprometendo sua segurança econômica e social.

O Brasil conta atualmente com mais de 1 milhão de pescadores profissionais ativos, totalizando 1.035.478 pescadores devidamente licenciados, dos quais 49% são mulheres, o que demonstra uma significativa participação feminina na atividade pesqueira. O estado com maior número de pescadores é o



Maranhão, com 267.626 pescadores (150.691 mulheres e 116.935 homens), seguido pelo Pará (208.411 pescadores) e Bahia (116.989 pescadores).

A pesca no Brasil é uma atividade de grande importância econômica, social e cultural. Ela é vital para o sustento de muitas comunidades, especialmente em regiões costeiras e ribeirinhas, e contribui para a segurança alimentar do país, fornecendo proteínas essenciais para milhões de brasileiros. A pesca artesanal, em particular, é responsável por cerca de 70% da produção pesqueira destinada ao consumo nacional, abastecendo o mercado interno e garantindo a soberania alimentar em diversas regiões.

Do ponto de vista econômico, o setor de pesca e aquicultura gera um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 25 bilhões e emprega cerca de 16 mil trabalhadores na indústria do pescado. A produção de peixes cultivados no país também tem crescido, alcançando 860.355 toneladas em 2022, com destaque para a tilápia, refletindo um aumento de 48,6% na produção desde 2014.

Além da geração de emprego e renda, a pesca tem um papel social e cultural importante, preservando tradições e modos de vida em comunidades tradicionais. Contudo, o setor enfrenta desafios significativos, incluindo impactos ambientais como os decorrentes do derramamento de óleo em 2019, que afetaram ecossistemas e a atividade pesqueira, além da pandemia de Covid-19, que agravou a crise econômica dessas comunidades.

Em resumo, a pesca no Brasil é uma atividade que envolve mais de um milhão de profissionais, com forte presença feminina, sendo fundamental para a economia, a cultura e a segurança alimentar do país, especialmente nas regiões costeiras e amazônicas. O setor possui potencial para crescimento, mas demanda políticas públicas eficazes para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos.

No Piauí, a pesca artesanal também é fundamental para a economia e o sustento de muitas famílias. Recentemente, o governo estadual entregou 793 kits de pesca a pescadores de 21 municípios, incluindo Teresina, Ilha Grande, Piracuruca, Luís Correia, entre outros, com o objetivo de fortalecer a



atividade e garantir mais estrutura e segurança para esses trabalhadores. Estudos locais indicam que a maioria dos pescadores artesanais no Piauí é do gênero masculino, com ensino fundamental e que cerca de 48,7% vivem exclusivamente da pesca, respeitando os períodos de defeso como a piracema, o que demonstra a importância da atividade para a subsistência e a cultura local.

Portanto, a supressão do artigo 71 é necessária para evitar que os pescadores artesanais, especialmente os do Piauí e outras regiões, sejam prejudicados por barreiras burocráticas e limitações orçamentárias que restringem o acesso ao seguro-defeso. Manter o benefício acessível e desburocratizado é essencial para garantir a proteção social desses trabalhadores, preservar seus modos de vida tradicionais e assegurar a sustentabilidade da pesca artesanal do País.

Sala da comissão, de de .

Deputado Castro Neto
(PSD - PI)

